

O dilema do Congresso

O governador de Pernambuco, Joaquim Francisco, de passagem por Brasília, disse que o presidente Collor deu uma jogada de mestre, ao transferir para os ombros do Congresso a responsabilidade de solucionar a difícil situação dos aposentados brasileiros. Opinião idêntica a do governador de Pernambuco tem também o senador gaúcho Pedro Simon, eminente personalidade política do PMDB. Para ele, o Presidente da República colocou o Congresso numa posição delicada, uma vez que se o projeto for recusado ou deixar de ser apreciado a tempo os parlamentares estarão assumindo a responsabilidade de não darem aos aposentados os benefícios.

Na audiência que Collor lhe deu esta semana em Brasília, em dado momento da conversa, Joaquim Francisco advertiu o Presidente de que ele não pode assumir sozinho a responsabilidade por tudo quanto de bom ou mau acontece no País. "O senhor, Presidente, jogou ao solo várias sementes e não pode regá-las sozinho. Outros precisam colaborar", acentuou. Segundo o governador de Pernambuco, a democracia não se resume unicamente à figura do Presidente da República, uma vez que com ele exercem poderes distintos mas equivalentes o Legislativo e o Judiciário. Comenta em seguida que não estão em posição nada cômoda quase duzentos parlamentares, que no

momento viajam pelo exterior, sendo convocados de repente a comparecerem a Brasília para se pronunciar sobre o dramático problema dos aposentados da Previdência Social.

Mas essa é apenas uma visão parcial da questão. O deputado Victor Faccioni, líder do PDS, desembarcou ontem em Brasília com um discurso de nítido caráter oposicionista. Antecipou ser muito difícil a aprovação, pelo Congresso, do projeto governamental sobre a Previdência Social, tendo em vista que os trabalhadores percebem, no momento, os mais baixos salários de toda a história brasileira e os empresários enfrentam um período de recessão que está abalando as empresas mais sólidas do País. Acusou o Governo de estar pagando caro pela sua imprevisibilidade. Lembrou que no ano passado o deputado Genebaldo Correia, líder do PMDB, chegou a concordar com o reajuste de 79% que o Palácio do Planalto propunha para os benefícios e proventos dos aposentados. Só impunha uma condição, que inviabilizou a aprovação do projeto, em virtude de intransigência do Governo.

O deputado Henrique Eduardo Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte, esteve ontem com o deputado Genebaldo Correia, líder do partido, a quem comunicou a disposição da bancada do seu Estado de votar totalmente contra o projeto.